

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 936

IMPACTOS DE ACORDOS COMERCIAIS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA: RESENHA DOS TRABALHOS RECENTES*

Marta R. Castilho**

Rio de Janeiro, dezembro de 2002

* Este trabalho se insere no projeto Programa de Apoio Técnico às Negociações Internacionais de Comércio — IPEA/BNDES, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

** Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do IPEA e da UFF.
castilho@ipea.gov.br

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Guilherme Gomes Dias

Secretário Executivo – Simão Cirineu Dias

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Roberto Borges Martins

Chefe de Gabinete

Luis Fernando de Lara Resende

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Eustáquio José Reis

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Gustavo Maia Gomes

Diretor de Administração e Finanças

Hubimaier Cantuária Santiago

Diretor de Estudos Setoriais

Luís Fernando Tironi

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Murilo Lôbo

Diretor de Estudos Sociais

Ricardo Paes de Barros

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo IPEA e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 1

2 ALCA 2

3 ESTADOS UNIDOS 5

4 UNIÃO EUROPÉIA 9

5 COMPARAÇÃO DOS EFEITOS DE DIVERSAS ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO 13

6 CONCLUSÕES 22

ANEXO 1 23

ANEXO 2 24

ANEXO 3 25

BIBLIOGRAFIA 31

SINOPSE

Este artigo é uma resenha de um conjunto seletivo de trabalhos recentes sobre os efeitos da Alca e do acordo UE-Mercosul sobre a economia brasileira. Busca-se apresentar os principais resultados, enfatizando-se as diferenças e limitações metodológicas existentes dos diversos trabalhos. Os resultados recenseados são bastante díspares e sensíveis à metodologia empregada, que depende, em grande parte, do objetivo perseguido.

ABSTRACT

The present article is a review of some recent works on the effects of the FTAA and the EU-Mercosur agreement on the Brazilian economy. We present these works' main results, emphasizing their methodological differences and limitations. Their results seem to be very diverse and very sensible to the chosen methodology.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil encontra-se envolvido em diversas negociações para formação e aprofundamento de áreas de livre-comércio com diversos parceiros comerciais: com o conjunto dos países do continente americano (Acordo de Livre Comércio para as Américas); com os países europeus (acordo UE-Mercosul); com os parceiros latino-americanos (acordo Mercosul-Comunidade Andina, com o Chile e com o México); e mesmo com países mais distantes, como a África do Sul. Adicionem-se a esses países as negociações com seus próprios parceiros do Mercosul para aprofundamento e/ou mudanças nas regras do bloco. Além de todos os acordos regionais, uma nova rodada de negociações multilaterais encontra-se em curso. Esta superposição de acordos e negociações coloca em evidência a necessidade de se conhecer os impactos de cada um desses acordos, separada ou conjuntamente.

Não existe consenso, nem teórico nem empírico, sobre quais são as perdas e ganhos para uma determinada economia decorrentes da integração comercial. A literatura teórica sobre os efeitos da integração regional não mostra resultados definitivos. Os efeitos, medidos em termos de criação e desvio de comércio, são ambíguos e dependem de diversas características dos países envolvidos (ocorrência de retornos constantes, volume inicial de comércio, nível dos custos e preços antes da integração, entre outros). A medida tradicional em termos de criação e desvio de comércio não leva em conta os efeitos dinâmicos da integração, associados aos investimentos diretos estrangeiros (IDE), crescimento econômico, ganhos de escala etc. Também não leva em consideração outros efeitos explorados pela literatura de economia política, como, por exemplo, o reforço de reformas ou políticas de longo prazo adotadas. Além desta multiplicidade de efeitos dos processos de integração, há de se levar em conta que eles são bastante diferenciados segundo os setores no interior de uma mesma economia.¹

Nesse contexto, somente trabalhos empíricos podem apontar para os efeitos líquidos de um acordo de integração. Porém, as metodologias utilizadas são diversas, o que faz com que os resultados também sejam bastante díspares. As diferenças metodológicas podem estar relacionadas ao fato de se trabalhar em equilíbrio geral ou parcial ou, ainda, se os efeitos ditos dinâmicos — uma verdadeira caixa preta — são considerados.

Os aspectos teóricos e metodológicos apontados justificariam por si sós a realização de uma resenha sobre o impacto de acordos preferenciais sobre a economia brasileira. Porém, como apontado inicialmente, existem razões mais objetivas para a elaboração de tal resenha. O objetivo deste artigo é apresentar os resultados obtidos pelos principais trabalhos recentes sobre os efeitos esperados das diversas iniciativas de integração, enfatizando-se as diferenças e limitações metodológicas existentes.

Este trabalho dá continuidade a um primeiro repertório de trabalhos sobre política comercial brasileira realizado por Bonelli e Rahn (1999). Neste texto, optou-se pela análise de um conjunto seletivo de trabalhos elaborados entre 1999 e 2002, o

1. Sobre a teoria da integração regional, ver Pomfret (1997).

que explica a omissão de trabalhos presentes no repertório anterior.² A escolha dos artigos foi feita pela contribuição em termos de implicação de políticas dos mesmos. Dois tipos de análise foram retidos: aquelas que simulam os efeitos das reduções das barreiras comerciais e aquelas que analisam a competitividade e as condições de acesso dos produtos brasileiros aos mercados em questão.

As negociações envolvem um número elevado de temas, que vão muito além do comércio de bens, tais como regras sobre comércio de serviços, investimento e propriedade intelectual. Porém, dentro da própria rubrica comércio de bens, tem-se um número elevado de temas — acesso a mercados [que envolvem tarifas e barreiras não-tarifárias (BNT)], normas técnicas, questões ambientais e sociais, regras de origem, entre outros. Aqui, privilegamos os trabalhos que medem os efeitos de uma melhora no acesso a determinados mercados, através da redução ou eliminação das barreiras comerciais encontradas pelas exportações brasileiras de bens. Trabalhos que identificam obstáculos ao comércio ou à capacidade de competição dos produtos brasileiros nos mercados em questão também são contemplados por auxiliar a compreensão dos setores que seriam mais beneficiados por uma redução das barreiras.

Os trabalhos aqui analisados podem ser classificados segundo: *a*) área geográfica; e *b*) objetivo e metodologia do artigo. No tocante ao primeiro item, tratamos dos acordos mais relevantes para o Mercosul neste momento e, por isso, foram cobertas as seguintes áreas: Área de Livre Comércio das Américas (Alca), Estados Unidos e União Européia (UE). Alguns trabalhos fazem uma comparação entre as diversas opções de integração e, por essa razão, são analisados separadamente. No que se refere ao segundo “critério”, foram utilizadas duas características — desagregação setorial e análise em equilíbrio parcial ou geral. Estes dois pontos estão normalmente conectados: por exemplo, se o objetivo é identificar os produtos — de maneira desagregada — cujas importações são mais sensíveis à liberalização comercial, a metodologia deverá se basear em um modelo de equilíbrio parcial. Já os modelos de equilíbrio geral apresentam os impactos sobre os diversos agregados macroeconômicos e têm uma desagregação setorial menor do que os primeiros. Como consequência, as recomendações de política resultantes dos diferentes tipos de análise são de diferente natureza.

A Seção 2 apresenta as principais características e conclusões dos trabalhos selecionados, separando-os por região geográfica. As conclusões resumem os resultados, indicando quais os temas de pesquisa e metodologias que mereceriam maior atenção em trabalhos futuros.

2 ALCA

Impactos Comerciais da Área de Livre Comércio das Américas [Carvalho e Parente (1999)]

Este trabalho tem como objetivo calcular os efeitos da Alca em termos de aumento de importações e exportações. Os autores utilizam uma metodologia em equilíbrio

2. Em um primeiro momento, foi analisado um amplo conjunto dos trabalhos recentes sobre efeitos da integração comercial para o Brasil. O Anexo 3 sintetiza as principais características desses trabalhos.

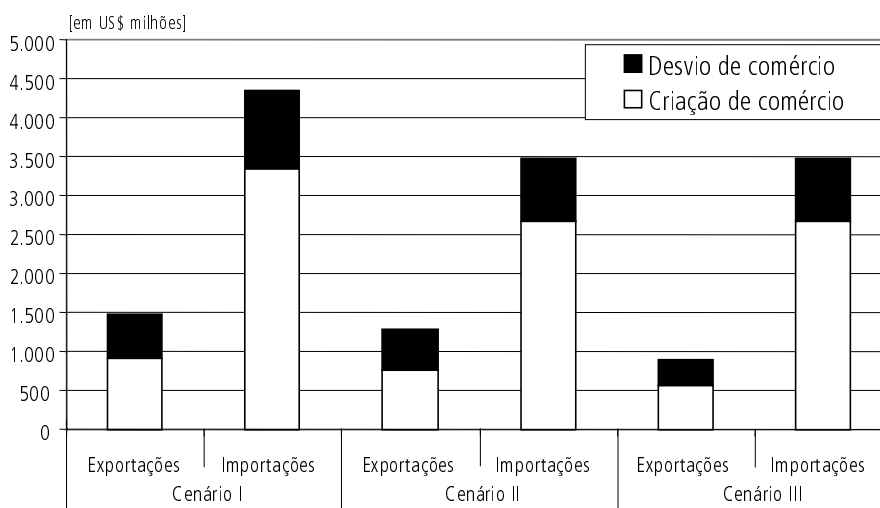
parcial, baseada em Laird e Yeats (1986), que permite calcular a variação de comércio decorrente da liberalização tarifária hemisférica (não são considerados os efeitos das BNTs). Os efeitos do aumento do comércio em geral (criação de comércio) são isolados daqueles decorrentes da transferência dos fluxos de comércio de terceiros países para os países da Alca (desvio de comércio).³ O nível de desagregação utilizado são as 21 seções da classificação NBM e os dados tomados como base para o cálculo do aumento referem-se ao ano de 1996.

São simulados três cenários diferentes de liberalização no âmbito da Alca: *a*) liberalização tarifária plena; *b*) um cenário onde os países do Mercosul mantêm as exceções da TEC e seus parceiros mantêm as tarifas para os produtos cujas importações mais cresceram no primeiro cenário; e *c*) um cenário onde os países do Mercosul mantêm as exceções da TEC e seus parceiros mantêm as tarifas para os produtos considerados *sensíveis*.

A elasticidade de substituição entre os parceiros considerada é de 1,5, tendo sido feita uma análise de sensibilidade aplicando valores de 1 e 2. Os autores não explicitam quais os valores para as elasticidades de importação. Devido à proximidade do exercício realizado pelos mesmos autores em Carvalho *et alii* (1999), acredita-se que elas sejam as mesmas — ou seja, as estimadas por Cline *et alii* (1978) para os Estados Unidos.

Os resultados agregados são resumidos no Gráfico 1. O crescimento das exportações (entre 4,2% e 7%) é inferior ao das importações (entre 14,2% e 17%) por duas razões: a tarifa aplicada pelo Brasil a suas importações é relativamente alta e suas exportações já desfrutam de tarifas baixas no caso do Mercosul e no caso dos Estados Unidos e do Canadá (no primeiro caso, devido ao próprio Mercosul; no segundo, devido às tarifas relativamente baixas dos países em questão).

GRÁFICO 1
Crescimento do Comércio Brasileiro Resultante da Formação da Alca



3. Para uma apresentação mais detalhada desse modelo, ver Anexo 1.

A metodologia empregada pelos autores permite identificar quais seriam os países mais penalizados pelo efeito de desvio de comércio e eles se interessam especialmente pelo efeito exercido sobre o comércio intra-Mercosul. O comércio entre os países do Mercosul sofre uma redução devido à perda das vantagens tarifárias que estes países detinham relativamente aos demais parceiros da Alca. Porém, os maiores perdedores encontram-se fora do continente americano — UE, Japão e Tigres Asiáticos.

Os impactos setoriais de uma liberalização plena (Cenário I) são apresentados na Tabela 1. Segundo os autores, “cerca de 58% do incremento total (*das importações*) correspondem ao aumento das compras externas de produtos classificados como pertencentes aos setores de instrumentos mecânicos e maquinaria e equipamentos elétricos etc. (seção XVI); e veículos, aeronaves e outros equipamentos de transporte

TABELA 1

Impacto Setorial da Formação da Alca (Cenário I: Liberalização Plena)

[em %]

	Importações			Exportações		
	Aumento das importações da Alca	Redução das importações do Mercosul	% total da Alca (1996)	Aumento das exportações da Alca	Redução das exportações para o Mercosul	% total da Alca (1996)
Produtos animais	16,4	-0,5	3,4	1,1	-0,3	1,2
Produtos vegetais	23,8	-2,6	11,4	0,8	-0,7	4,4
Gorduras, óleos	13,9	-0,1	0,8	5,1	-0,3	0,4
Alimentos, bebidas, fumo	19,6	-2,3	2,7	5,3	-2,2	7,8
Produtos minerais	11,6	-2,5	13,4	2,4	-0,1	4,9
Produtos químicos	17,2	-2,8	11,7	8,9	-1,1	7,5
Plásticos e borrachas	28,3	-4,3	5,2	16,5	-1,6	5,1
Couros e peles; artigos de viagem	22,7	-0,4	0,5	13,7	-0,4	0,5
Madeira, cortiça e cestaria	23,7	-0,8	0,3	6,4	-0,9	2,9
Produtos de papel e papelão	13,6	-2,4	3,6	5,0	-1,4	4,3
Têxteis	27,8	-1,3	4,5	31,3	-1,1	3,6
Calçados, chapéus e similares	57,0	-2,6	0,3	18,2	-0,3	6,5
Pedras, cerâmicas e vidros	23,6	-2,2	0,6	18,5	-0,6	1,6
Artigos de joalheria	13,1	-1,5	0,2	33,2	-1,0	1,4
Ligas de metal	23,8	-4,1	4,3	7,9	-0,7	15,7
Maquinaria, equipamentos elétricos	38,1	-4,8	23,2	11,8	-1,5	18,3
Equipamentos de transporte	61,3	-6,1	9,7	16,8	-1,3	11,8
Instrumentos de precisão	31,8	-5,9	3,1	18,6	-2,5	0,8
Armas e munições	46,3	-1,2	0,0	13,0	-3,8	0,2
Artigos manufaturados diversos	43,8	-3,5	0,6	27,6	-2,0	1,1
Obras de arte e similares	7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	28,3	-3,0	99,7	11,1	-1,2	100,0

Obs.: Es = 1,5. Ver texto para maiores detalhes.

(seção XVII)” (p. 20). Isto se deve ao fato de que estes dois setores são muito protegidos no mercado brasileiro. Estes dois segmentos, que respondiam em 1996 por cerca de 33% das importações brasileiras provenientes da Alca, apresentariam crescimentos respectivos de 38% (maquinaria) e 61% (equipamentos de transporte).

Do lado das exportações brasileiras, os principais setores beneficiados seriam maquinaria e equipamentos elétricos, calçados, chapéus e similares, além de ligas de metais e equipamentos de transporte. Estes quatro grupos de produtos representam mais de metade das exportações totais para a Alca e, em termos monetários, responderiam pela maior parte do crescimento das exportações.

A segunda e a quinta colunas da tabela mostram qual seria a redução do comércio entre os países do Mercosul. Evidentemente, quanto menor a liberalização dos países da Alca (Cenários II e III), menor a redução da margem preferencial dos países do Mercosul e menor a redução do comércio do Brasil com aqueles países.

O segundo e o terceiro cenários consideram que o Brasil mantém sua lista de exceções da TEC. Neste caso, as principais alterações seriam o crescimento bem inferior das importações de calçados e transportes, cujas taxas de crescimento caem para 14,8% e 8,5%, respectivamente. Como esta situação representa a manutenção do regime vigente no Mercosul, não há redução das importações provenientes desses países. Pelo lado das exportações, o crescimento das exportações dos quatro grupos de produtos que mais ganhariam com a Alca se reduz significativamente. Em outras palavras, se não houver uma melhora significativa do acesso aos mercados dos produtos sensíveis, os benefícios que o país retirará do acordo serão limitados.

3 ESTADOS UNIDOS

Os trabalhos que analisam as relações Brasil-Estados Unidos podem ser separados em dois grupos: um primeiro sobre a competitividade das exportações brasileiras e um segundo sobre a simulação dos efeitos de uma liberalização bilateral. Os primeiros utilizam metodologias diferentes, mas são unânimes no diagnóstico: a perda de mercado das exportações brasileiras para o mercado norte-americano na década de 1990 é ligado à baixa competitividade dos produtos brasileiros e ao avanço dos países do North American Free Trade Agreement (Nafta) — Acordo de Livre Comércio da América do Norte — e da China. O segundo grupo reúne apenas um trabalho, que utiliza um modelo de equilíbrio parcial para simular os ganhos — totais e setoriais, além de desagregados em criação e desvio de comércio — de um acordo Brasil-Estados Unidos.

3.1 AVALIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE DOS PRODUTOS BRASILEIROS NO MERCADO NORTE-AMERICANO

O Desempenho das Exportações Brasileiras para os Estados Unidos: o Papel do Nafta e da Taxa de Câmbio sobre a Competitividade Brasileira [Batista e Azevedo (2000)]

Avaliação do Desempenho das Exportações Brasileiras para os EUA no Período 1990/98 [Motta Veiga, Markwald e Correia (1999)]

Competitividade e Crescimento das Exportações Brasileiras [Nonnenberg (1998)]

Os três trabalhos constataam a perda de dinamismo das exportações brasileiras para os Estados Unidos na década de 1990.⁴ São analisados diversos aspectos, desde a composição setorial (levando-se em conta o dinamismo do comércio), a composição empresarial (origem do capital e desempenho das empresas exportadoras) até quais os países concorrentes do Brasil que ganham ou perdem no mercado norte-americano.

As exportações brasileiras para os Estados Unidos apresentam um perfil diferente daquele das exportações para o resto do mundo. A participação de bens manufaturados é relativamente elevada, o conteúdo tecnológico ou o grau de sofisticação dos produtos é superior⁵ e as exportações se concentram em bens cujo comércio internacional é dinâmico. Por outro lado, a participação dos Estados Unidos como destino das exportações brasileiras vem se reduzindo desde a segunda metade da década de 1980.

Os dois primeiros trabalhos associam a perda de participação do Brasil no mercado norte-americano ao crescimento da participação de três mercados: México, China e Canadá. Estes resultados são corroborados pelas conclusões de Nonnenberg (1998), que, utilizando o método de *constant market share*, mostra que a perda da participação de mercado do Brasil no Nafta para os principais produtos de exportação brasileiros está relacionada ao crescimento do comércio intra-regional e ao avanço da China.⁶

Os principais fatores explicativos da perda de participação brasileira são:

- baixa da competitividade-preço dos produtos brasileiros, que é associada ao custo elevado dos produtos brasileiros, relativamente aos de seus concorrentes, devido ao elevado custo unitário do trabalho e câmbio (as análises foram realizadas no período pré-desvalorização cambial);

4. Enquanto as exportações brasileiras para os Estados Unidos cresceram 28% entre 1990 e 1998, para o resto do mundo elas cresceram 74%.

5. Segundo Motta Veiga, Markwald e Correia (1999), 24,4% das exportações brasileiras para os Estados Unidos são de produtos intensivos em P&D, ao passo que nas exportações totais a participação desses produtos é de 14,3%. Uma análise comparativa com outras regiões é encontrada em Guimarães (2000).

6. Este trabalho analisa a competitividade das exportações brasileiras não somente para o Nafta, como também para a América Latina, a UE e o Japão, para o período 1980-1995.

- melhores condições de acesso de alguns parceiros ao mercado dos Estados Unidos decorrentes de acordos comerciais. Tais condições englobam as preferências comerciais que beneficiam o México e o Canadá, mas também outras vantagens obtidas no âmbito do Nafta para as firmas mexicanas ou canadenses;
- vantagens locacionais (proximidade do mercado consumidor); e
- diferentes estratégias das empresas multinacionais instaladas no Brasil e nos países concorrentes (notadamente, as plataformas de exportação instaladas no México).

As sugestões de política que emanam destas análises são:

- adoção de diversas políticas que reduzam o chamado *custo Brasil* (melhorias de infra-estrutura, financiamento às exportações etc.);
- negociação de melhores condições de acesso ao mercado norte-americano; e
- esforços para ampliar a propensão exportadora dos investimentos estrangeiros aqui instalados.

É enfatizada a necessidade de o setor privado melhorar suas estratégias de comercialização e de acesso ao mercado norte-americano.

3.2 SIMULAÇÃO DOS EFEITOS DE UM ACORDO DE LIVRE-COMÉRCIO COM OS ESTADOS UNIDOS

Impactos da Integração Comercial Brasil-Estados Unidos [Carvalho *et alii* (1999)]

Utilizando-se de metodologia similar à de Carvalho e Parente (1999), os autores estimam os ganhos e desvios de comércio para uma liberalização comercial bilateral entre Estados Unidos e Brasil. O nível de desagregação é maior, atingindo os 96 capítulos (dois dígitos) da NCM. O ano-base para as simulações é 1996.

São consideradas unicamente as tarifas, e a utilizada para os Estados Unidos é a tarifa Nação Mais Favorecida (NMF),⁷ ou seja, não são levadas em conta as reduções do Sistema de Preferências Generalizado (SPG), superestimando, assim, os ganhos por parte do Brasil. Dois cenários são considerados: *a*) liberalização bilateral plena e *b*) liberalização parcial, onde são mantidas as tarifas vigentes para os produtos com tarifas mais elevadas (considerados como sensíveis). Para o Brasil, os produtos sensíveis são cinco — laticínios, couros, calçados, veículos e brinquedos — e para os Estados Unidos, dois — tecidos e brinquedos.

Os autores fazem as simulações utilizando duas elasticidades diferentes. As primeiras são calculadas por Portugal (1992) e possuem baixa desagregação setorial (bens de capital, bens intermediários e importações totais). As demais são

7. Este nome faz referência à cláusula da NMF, que é um dos pilares do sistema multilateral de comércio. Esta cláusula implica que o tratamento que um determinado país deve aplicar aos demais corresponde ao tratamento mais favorável que ele concede a seus parceiros. Na prática — e de maneira paradoxal — o tratamento NMF é aquele aplicado aos parceiros da OMC *sem* acordo preferencial (ou seja, não é o tratamento mais favorável).

provenientes de Cline *et alii* (1978) e, apesar de terem sido estimadas para os Estados Unidos, apresentam um bom nível de desagregação e utilizam a mesma classificação (sistema harmonizado). A utilização dessas duas estimativas deve-se ao fato de que a primeira, além da baixa desagregação, foi estimada para a economia brasileira no período pré-abertura, resultando em valores bastante baixos.

Os resultados encontrados para o primeiro cenário, de liberalização completa, apontam para um crescimento de 10,3% das exportações brasileiras e 24,5% das exportações norte-americanas [ou 18,1% quando se utilizam as elasticidades estimadas por Portugal (1992)]. No cenário de liberalização parcial, as exportações brasileiras aumentam 8,9% e as norte-americanas, 21,8% [utilizadas apenas as elasticidades de Cline *et alii*, (1978)]. A exemplo do exercício realizado pelos autores para a Alca, a melhoria de acesso para as exportações norte-americanas ao mercado brasileiro é mais forte do que no caso contrário devido ao maior nível de proteção no Brasil.

A Tabela 2 mostra o crescimento das exportações bilaterais de cada um dos países no caso de uma liberalização completa. Do lado brasileiro, os grupos de produtos que mais se beneficiariam de um melhor acesso ao mercado norte-americano são: calçados, ligas de metal, maquinaria e equipamentos de transporte.⁸ No caso de calçados e maquinaria, a principal razão para o crescimento é a (relativamente) elevada proteção desses setores no mercado norte-americano. As exportações de produtos agrícolas e alimentares não mostram grande variação, porém, vale ressaltar dois pontos que poderiam alterar significativamente os resultados: *a*) a tarifa considerada é a tarifa NMF, superestimando a margem de liberalização, visto que o Brasil desfruta do SGP; a consideração da tarifa efetivamente aplicada poderia reduzir os ganhos potenciais de uma liberalização bilateral e *b*) BNTs e subsídios não são considerados, sendo ambos importantes para a melhoria de acesso ao mercado norte-americano (como é o caso dos conflitos recentes envolvendo os produtos siderúrgicos e agrícolas).

No que concerne às exportações norte-americanas para o Brasil, cinco grupos de produtos manufaturados concentram mais de 75% do total exportado. Esses produtos fazem face a níveis de proteção elevados na entrada do mercado brasileiro e, por isso, um acordo de livre-comércio faria com que as exportações desses produtos aumentassem significativamente. São eles: maquinaria, produtos químicos, plásticos e borrachas, equipamentos de transporte e instrumentos de precisão.

8. A análise desagregada por capítulo da nomenclatura comercial mostra que poucos produtos se beneficiariam de um acordo: calçados, ferro e aço, instrumentos mecânicos e maquinários, e veículos e autopeças.

TABELA 2

Efeitos de um Acordo de Livre-Comércio Brasil-Estados Unidos

	Exportações dos Estados Unidos			Exportações do Brasil		
	Exportações iniciais (1996)	% no total	% export.	Exportações iniciais (1996)	% no total	% export.
Produtos animais	48.403	0,4	11,8	105.784	1,1	0,4
Produtos vegetais	336.839	2,9	17,0	595.836	6,4	0,2
Gorduras, óleos	15.035	0,1	6,1	39.317	0,4	1,3
Alimentos, bebidas, fumo	211.050	1,8	18,9	617.126	6,7	3,3
Produtos minerais	645.671	5,5	8,7	361.491	3,9	0,9
Produtos químicos	1.975.526	16,9	12,6	362.365	3,9	6,0
Plásticos e borrachas	838.034	7,2	47,3	288.924	3,1	13,3
Couros e peles; artigos de viagem	14.866	0,1	34,4	77.442	0,8	15,8
Madeira, cortiça e cestaria	2.932	0,0	19,3	414.903	4,5	4,8
produtos de papel e papelão	423.670	3,6	14,0	594.950	6,4	1,4
Têxteis	292.442	2,5	33,8	314.170	3,4	36,2
Calçados, chapéus e similares	11.852	0,1	56,8	1.168.942	12,7	16,4
Pedras, cerâmicas e vidros	76.819	0,7	22,8	136.928	1,5	26,1
Artigos de joalheria	5.901	0,1	42,8	217.619	2,4	35,6
Ligas de metal	498.887	4,3	33,3	1.699.424	18,4	8,9
Maquinaria, equipamentos elétricos	4.720.832	40,4	24,0	1.513.812	16,4	9,3
Equipamentos de transporte	713.197	6,1	39,3	510.128	5,5	12,8
Instrumentos de precisão	712.208	6,1	29,6	51.656	0,6	14,3
Armas e munições	1.556	0,0	57,8	38.479	0,4	8,7
Artigos manufaturados diversos	90.355	0,8	87,1	125.916	1,4	27,7
Obras de arte e similares	458.000	0,0	8,8	3.313	0,0	0,0
Total	11.682.615	100,0	24,5	9.238.525	100,0	10,3

Obs.: Exportações em US\$ mil. Elasticidades de Cline *et alii* (1978).

4 UNIÃO EUROPÉIA

Livre Comércio de Produtos Manufaturados entre o Brasil e a União Européia [Batista (2001)]

O Acesso das Exportações do Mercosul ao Mercado Europeu [Castilho (2001)]

Dois trabalhos se concentram sobre o impacto do acordo entre o Mercosul e a UE nos fluxos de exportação brasileiros ou dos países do Cone Sul. As metodologias empregadas são diferentes, porém, ambos os trabalhos realizam uma análise bastante desagregada setorialmente, indicando quais seriam os setores com maior potencial de crescimento no caso da realização de um acordo de livre-comércio.

O primeiro trabalho — Batista (2001) — aborda dois aspectos importantes para se auferir o ganho decorrente da liberalização comercial. Vale ressaltar que este trabalho concerne apenas aos produtos manufaturados. Em primeiro lugar, são analisados os ganhos e perdas do Brasil e de seus competidores em diversos mercados. Para o período 1992-1996, o Brasil perde em quase todos os mercados (exceção para os mercados japonês e canadense), inclusive na UE (ainda que as perdas sejam inferiores àquelas observadas nos Tigres Asiáticos, México, Estados Unidos e América Latina exceto Argentina). Os competidores que parecem ter se beneficiado desta perda de mercado do Brasil na UE são: Espanha, Rússia, China, Portugal e Canadá. O autor cruza em seguida os ganhos e perdas de mercado do Brasil com a evolução da taxa de câmbio (real e efetiva), com o custo relativo do trabalho e com os preços de exportação, mostrando que estes fatores são explicativos da medíocre evolução das exportações brasileiras nos diversos mercados.

Na segunda parte do texto, o autor tenta auferir quais seriam os ganhos para as exportações brasileiras. Utilizando as estimativas das elasticidades das exportações brasileiras para os Estados Unidos,⁹ ele calcula qual seria o crescimento das importações decorrente de uma redução tarifária. No caso de uma redução das barreiras comerciais, as exportações brasileiras teriam um aumento de 3,8%. Os produtos que apresentariam maiores acréscimos são: automóveis, máquinas mecânicas e aparelhos elétricos e eletrônicos.

O segundo trabalho — Castilho (2001) — busca auferir os ganhos de um acordo Mercosul-UE a partir de uma análise detalhada da estrutura de proteção europeia, que é, em seguida, integrada em um modelo gravitacional, que permite identificar a sensibilidade das exportações brasileiras a variações no nível de proteção europeu. A análise da estrutura de proteção europeia é feita considerando-se tanto tarifas (*ad valorem* e específicas) quanto BNTs e, também, levando-se em conta a proteção dada aos demais parceiros da UE. Isto se justifica pelo caráter fortemente discriminatório da política comercial europeia.¹⁰ Toda a pauta de exportações é considerada (a um nível de desagregação de dois dígitos do Sistema Harmonizado).¹¹

A análise da estrutura de proteção europeia mostra que os setores sensíveis — produtos de origem agrícola, têxteis e peles, couros e calçados — são os mais protegidos. Esta proteção é generalizada para todos os parceiros, mas no caso dos países do Mercosul, devido à estrutura da pauta de exportações, a proteção é relativamente elevada.¹²

9. As elasticidades-preço são estimadas pelo método dos mínimos quadrados, a partir de dados mensais de exportação (quantidade) e preço de janeiro de 1998 a julho de 2000, a um nível de desagregação de oito dígitos da classificação comercial do Mercosul (NCM).

10. Uma análise detalhada da política comercial e da estrutura de proteção europeia se encontra em Castilho (2000).

11. Na realidade, as observações encontram-se a quatro dígitos e as estimações são feitas a dois dígitos (capítulos).

12. No caso de outros produtos, não considerados como sensíveis, as exportações do Mercosul também sofrem com discriminação na entrada do mercado europeu. É o que se observa, por exemplo, no caso de automóveis, para quem a tarifa aplicada às exportações do Mercosul é elevada relativamente a outros países em desenvolvimento, comparando-se à aplicada aos países desenvolvidos.

Em outras palavras, dentro de uma estrutura de relações comerciais que é caracterizada pela existência de uma pirâmide de preferências, os países do Mercosul encontram-se em uma posição bastante desfavorável (apesar de se beneficiarem do SGP), e a especialização dessas economias justifica, em parte, sua posição “desfavorável”.

As medidas de proteção são, então, integradas em uma equação gravitacional para se estimar a sensibilidade das importações da UE às restrições comerciais. As estimativas encontram diversas dificuldades de ordem metodológica e os resultados em termos de crescimento potencial das exportações brasileiras são apresentados para os produtos para os quais as estimativas são significativas e apresentam sinal esperado.¹³

Para a identificação dos produtos com maior potencial de crescimento das exportações, adicionam-se à informação referente aos coeficientes estimados outras informações referentes ao nível das barreiras impostas, da composição do comércio extra-UE e do comércio bilateral, assim como a presença do Mercosul no mercado europeu.

Segundo a teoria da integração regional, o potencial de crescimento das exportações, em presença de um acordo de livre-comércio, será tão maior quanto for: a sensibilidade às barreiras comerciais, o nível das mesmas (quanto mais alta, maior a margem de liberalização) e o tamanho inicial das exportações. Este último aspecto está representado pelo peso de cada produto no comércio bilateral e pela participação do Brasil no mercado europeu de cada produto.

Vale ressaltar que os produtos para os quais pode-se afirmar que o efeito negativo das barreiras é significativo são de maior importância para as importações provenientes do Mercosul do que para as importações totais extra-UE. No caso das tarifas, o conjunto de 37 produtos cujos resultados denotam um impacto negativo dessas medidas representa 35% das importações extra-UE contra 46% das provenientes do Mercosul em 1997. No caso das BNTs, os 21 produtos para os quais verificou-se um impacto negativo e significativo das BNTs representam 21% das importações extra-UE contra 38% das importações do Mercosul. Essas diferenças dão uma primeira indicação da importância para o Mercosul da liberalização do comércio.

Dentre os produtos com maior potencial de expansão das exportações, figuram diversos produtos de origem agrícola. Tais produtos têm suas importações sensíveis às barreiras comerciais, fazem face à elevada proteção e representam ainda um importante volume de exportações. As importações desses produtos mostram-se sensíveis *alternadamente* às barreiras tarifárias e não-tarifárias — apenas café e chá, preparações de carne e peixe, e fumo são sensíveis aos dois tipos de barreiras. Na realidade, os produtos de origem agrícola constituem o principal interesse do Mercosul nas negociações bilaterais e são também a principal fonte de desacordo entre as duas regiões. A tarifa ponderada aplicada ao Mercosul é uma das mais elevadas entre os parceiros da UE. Em termos de BNTs, as importações do Mercosul

13. Ver o texto para maiores detalhes sobre as questões metodológicas.

são também muito afetadas. No caso de produtos alimentares, por exemplo, 88% das importações bilaterais sofrem com a imposição de algum tipo de BNT (dados de 1996).

Os coeficientes de produtos que apresentam fortes barreiras, tais como carne, açúcar e bebidas alcoólicas não se mostraram significativos. Porém, esses produtos parecem ter um bom potencial de crescimento de comércio se julgados pela importância do comércio atual e pela margem de liberalização das importações. No caso do açúcar, por exemplo, a margem de liberalização é significativa devido não somente ao elevado nível de proteção “absoluta”, mas também porque esses produtos recebem tratamento preferencial quando provenientes dos países ACP.

Alguns produtos minerais também apresentam um bom potencial de crescimento das exportações, devido à existência de uma margem significativa de liberalização e da sensibilidade das exportações a variações do nível de proteção — tarifário ou não-tarifário. São exemplos: alumínio e suas obras, cobre, outras obras metálicas e os produtos siderúrgicos (ferro e aço e suas obras). No caso desses últimos, apesar da baixa proteção tarifária, um número elevado de BNTs é imposto. Uma pequena redução tarifária, acompanhada da suspensão das medidas *antidumping* e de outras medidas de *surveillance*, poderia então impulsionar as vendas de produtos siderúrgicos para a UE.

Dentre os demais produtos industrializados com bom potencial de crescimento das exportações, figuram diversos produtos têxteis. Aliás, dos 14 setores têxteis, dez se mostram bastante sensíveis a variações tarifárias. Porém, apenas dois deles mostram-se também sensíveis a BNTs, sugerindo que a proteção tarifária é mais importante neste caso do que a não-tarifária. O potencial de crescimento das exportações desses produtos depende mais da liberalização das importações do que do volume inicial de comércio, que, na maioria dos casos, é bastante reduzido. Para esses produtos, a liberalização já se encontra — ao menos, em parte — programada dentro do cronograma do Acordo sobre Têxteis e Vestuário, da OMC. A concorrência de terceiros países nesses segmentos é, no entanto, muito acirrada, vindo inclusive de países que possuem condições privilegiadas de acesso ao mercado europeu (Europa do Leste e África do Norte), reduzindo para o Mercosul as possibilidades de aumento das exportações.

As exportações de calçados também podem ser beneficiadas por uma redução das numerosas BNTs que incidem sobre as importações provenientes do Mercosul. O elevado nível tarifário imposto ao Mercosul também sugere que há margem de liberalização em termos de tarifas, mesmo se as importações não se mostraram sensíveis a variações tarifárias. O volume de comércio atual é relativamente pequeno, porém já foi bem superior no início da década.

Dentre os produtos mais elaborados, dois grupos mostram um bom potencial de crescimento: veículos automóveis e aeronaves. Em ambos os casos, as importações são bastante sensíveis a variações tarifárias, o Mercosul já exporta um volume significativo desses bens e há espaço para redução tarifária. Esses produtos merecem ainda mais atenção por conta do crescimento recente das importações nos últimos anos — o peso dessas duas categorias nas importações provenientes do Mercosul ultrapassou 8% em 1999. A redução das barreiras tarifárias e a supressão das BNTs incidentes

sobre as exportações do Mercosul desses produtos poderiam impulsionar ainda mais as vendas para a UE.

5 COMPARAÇÃO DOS EFEITOS DE DIVERSAS ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO

Diversos trabalhos tentam comparar os ganhos possíveis de diversas estratégias de integração para o Brasil e Mercosul — elas contemplam os efeitos da Alca, do acordo Mercosul-UE, de um aprofundamento do Mercosul, de uma liberalização multilateral e mesmo de políticas unilaterais (liberalização ou adoção de tarifa única, por exemplo). Esses trabalhos baseiam-se normalmente em modelos de equilíbrio geral calculável, com diferentes graus de sofisticação. Esses modelos tentam apreender as conseqüências de determinadas mudanças sobre a totalidade das relações de uma economia. Ou seja, eles permitem analisar os efeitos de um determinado fenômeno econômico sobre as diversas variáveis econômicas (setor externo, distribuição de renda, investimento etc.). Esses modelos podem representar um ou mais países — chamados, respectivamente, de modelos uni ou multipaís. Nesse último caso, eles dão conta dos efeitos de mudanças em um determinado país ou determinada variável sobre as diversas economias representadas, ao passo que, nos primeiros, mudanças no cenário internacional ou em parceiros comerciais são introduzidas através de hipótese *ad hoc*.

Dentre os trabalhos aqui recenseados, apenas um modelo — Tourinho e Kume (2002) — é unipaís. A maioria dos modelos que comparam as diversas estratégias externas do Mercosul são modelos multipaís, muitos deles baseados em um modelo internacional conhecido como GTAP.¹⁴ Eles apresentam diferenças entre si, e no tocante à análise dos efeitos de política comercial os aspectos mais importantes são: *a*) agregação geográfica e setorial; *b*) detalhamento do setor externo; *c*) introdução de concorrência imperfeita; e *d*) dinâmico *versus* estático. Outras diferenças existem — como, por exemplo, o detalhamento da estrutura de renda —, mas elas são menos importantes do ponto de vista da modelização dos impactos do setor externo (obviamente, ela é fundamental se se quer medir o impacto diferenciado das políticas comerciais sobre os diversos extratos de renda da população).

As diferenças estão, em grande parte, condicionadas pelo objetivo do estudo. Por exemplo, a desagregação setorial pode privilegiar o comércio de produtos agrícolas se o foco do trabalho for neste setor ou a caracterização da estrutura de proteção dos países da América do Sul pode ser mais detalhada se a ênfase do modelo está nos efeitos da Alca. No que concerne à introdução da concorrência imperfeita, as diferenças na modelização levam a divergências importantes nos resultados, como comentado no box a seguir.

Os modelos que comparam os ganhos de uma associação com a UE com a formação da Alca, normalmente apontam para resultados bastante parecidos nos dois acordos em termos agregados — notadamente crescimento do PIB (ver Tabela 7). As

14. Global Trade Analysis Project. Para maiores detalhes, ver <http://www.gtap.agecon.purdue.edu/default.asp>.

MEGC: “in the Search for Large Numbers” [Robinson e Thierfelder (1999)]

Os resultados encontrados em termos de variação do bem-estar nos modelos de equilíbrio geral calculável são normalmente pequenos e decepcionantes do ponto de vista de elaboração de políticas. Robinson e Thierfelder (1999) enfatizam que nos trabalhos de inspiração neoclássica os ganhos teóricos esperados são bem maiores do que os empíricos.¹⁵ Os trabalhos que incorporam aspectos da nova teoria de comércio, tais como retornos crescentes, concorrência imperfeita, transferências tecnológicas, externalidades do comércio e efeitos dinâmicos (ligação entre PTF, liberalização comercial e acumulação de capital), apresentam ganhos associados à integração bem maiores.

Como ressaltado por esses autores, os modelos em concorrência perfeita partem de uma concepção ricardiana dos ganhos do comércio, onde a eficiência resulta da dotação de fatores de cada economia, ao passo que os modelos que incorporam a concorrência imperfeita têm uma inspiração smithiana no sentido em que mercados mais amplos possibilitam aumento de eficiência resultante da operação com maiores escalas.

Dentre os modelos em concorrência perfeita, aqueles que imputam valores elevados para as elasticidades de importação e exportação obtêm ganhos bastante elevados. Este ponto é muito controverso. Na realidade, poucos trabalhos realizam um esforço de estimação das elasticidades e acabam ou por “calibrar” o modelo usando valores *ad hoc*, encontrados na literatura, ou por utilizar as poucas estimações existentes. Estas, em geral, são feitas para países desenvolvidos [Cline *et alii* (1978) estimam as elasticidades para os Estados Unidos, por exemplo] ou países bastante específicos [Hong Kong, por exemplo, no caso de Harrison *et alii* (2002)], sendo, então, dificilmente generalizáveis para todos os países.¹⁶ Outro problema frequentemente observado é o da desagregação setorial. As estimações disponíveis possuem normalmente desagregação setorial fraca [por exemplo, Portugal (1992)] e sua generalização também é problemática, visto que as especificidades setoriais são ignoradas. Embora se reconheça a dificuldade de obter as elasticidades apropriadas para esse tipo de análise, os resultados devem ser analisados com cautela. Em concorrência perfeita, os resultados passam a depender unicamente das elasticidades e do nível de barreiras encontrado no mercado, o que explica os ganhos elevados obtidos quando se imputam elasticidades elevadas. Em alguns casos, as elasticidades adotadas são uniformes para todos os setores. Assim, os fluxos de comércio passam a depender unicamente do montante das barreiras encontradas e as conclusões apontam para maiores ganhos naqueles setores em que a margem de liberalização é maior, resultado intuitivo que não necessita da sofisticação de um MEGC para se chegar a ele.

Na realidade, esses modelos têm uma característica que são ao mesmo tempo sua qualidade e sua fraqueza. Ao representar a economia como um todo — ou diversas economias —, este instrumento se torna uma poderosa ferramenta de análise dos efeitos de encadeamento das políticas ou choques econômicos. Porém, o volume de dados necessários é muito grande — principalmente, no caso dos modelos multipaís — e, às vezes, eles não estão disponíveis ou são incompatíveis entre si. Assim, seus resultados devem ser tomados com precaução, conscientes das limitações existentes.

15. “Analysis with the neoclassical models seems to get the sign right but the magnitude wrong” (p. 10).

16. Vale mencionar aqui o esforço empreendido por Tourinho, Kume e Pedrosa (2002), que estimam as elasticidades de Armington para o Brasil. O período coberto é 1986-2001 e são contemplados 28 setores correspondentes aos setores industriais da matriz do IBGE.

diferenças são maiores para as importações e exportações, e, neste caso, o alto nível de proteção na entrada da UE fornece maior margem de liberalização. Porém, são poucos os modelos que caracterizam cuidadosamente todas as medidas de proteção aplicadas e a diferença de proteção entre Europa e América nem sempre é justificada. Esses resultados, no entanto, são não somente sensíveis à caracterização do setor externo como também dependem de uma liberalização ampla do setor agrícola na UE, hipótese pouco provável de ser observada na realidade.

Serão comentados a seguir alguns trabalhos, sendo mais explorados aqueles de maior interesse do ponto de vista da elaboração de políticas comerciais.

Mercosur: Free-Trade Area with the EU or with the Americas? Some Lessons from the Model Mirage¹⁷ [Decreux e Guérin (2001)]

Este modelo é bastante sofisticado no que se refere à caracterização do setor externo. Ele utiliza os dados macroeconômicos do modelo GTAP, mas a modelagem foi alterada de forma a melhor refletir a estrutura de proteção. Assim, a caracterização da política comercial integra medidas tarifárias bilaterais, medidas *antidumping* e contingentes tarifários.¹⁸ São também incluídos os investimentos diretos estrangeiros, o que é importante quando se analisam acordos de integração comercial, visto que alguns dos efeitos dinâmicos desses acordos estão relacionados a investimentos. Adicionalmente, este modelo introduz aspectos dinâmicos ao simular resultados ao longo de um período e não somente em uma rodada. A redução das barreiras é feita progressivamente ao longo de 15 anos, conforme a proposição de liberalização feita pela UE ao Mercosul, e os resultados vão sendo acumulados ao longo desse período. Alguns setores são “modelizados” em concorrência imperfeita.

Este modelo é utilizado para três simulações: a formação da Alca, o acordo Mercosul-UE e a realização simultânea dos dois acordos.¹⁹ No caso da Alca, a redução da proteção se dá através de uma redução gradual de 10% a.a. Já no caso do acordo Mercosul-UE, a redução é gradual mas não é homogênea para todos os produtos (o prazo de redução difere segundo a categoria e nem todos os produtos têm seu comércio liberalizado). Os resultados mostram que as economias do Mercosul obteriam maiores ganhos — tanto em termos de aumento do comércio, quanto em termos de crescimento econômico e aumento de salários — no caso de um acordo com a UE. A formação da Alca também traria benefícios para esses países, ainda que em menores magnitudes. Porém, a melhor situação seria a realização simultânea dos dois acordos, onde os ganhos se acumulariam.

No caso de um acordo com a UE, as exportações do Mercosul que apresentariam maior crescimento se concentram em produtos de origem agrícola

17. Este mesmo modelo foi utilizado para a simulação dos efeitos de três cenários de integração Mercosul-UE, que diferem pela maior ou menor cobertura do acordo. Ver Bchir, Decreux e Guérin (2002).

18. Este modelo integra a base MacMaps, elaborada conjuntamente pelo CEPII (Paris) e pelo ITC (Genebra). Ver Bouët *et alii* (2001).

19. O Mercosul aqui é representado por Argentina, Brasil e Uruguai, devido ao fato de que a base GTAP não contempla o Paraguai. Este fato não é muito relevante para os resultados globais devido ao tamanho daquela economia e está presente nos outros modelos que se utilizam da base GTAP.

(cereais, leite e açúcar, outros produtos agrícolas e, principalmente, carnes). Alguns produtos manufaturados — como veículos e metais — teriam suas exportações reduzidas. Pelo lado da UE, as mudanças significativas seriam a redução das exportações de cereais e carnes. No cenário de formação da Alca, os setores do Mercosul cujas exportações mais cresceriam são outros manufaturados, e leite e açúcar.

Regional Trade Agreements for Mercosur: the FTAA and the FTA with the European Union [Watanuki e Monteagudo (2001)]

Este modelo, que também tem por objetivo comparar os resultados da Alca e do acordo Mercosul-UE, apresenta características semelhantes às do anterior: é dinâmico devido à introdução de externalidades derivadas do aumento de comércio (economias de escala, entre outras) e caracteriza determinados setores com concorrência imperfeita (mercados contestáveis). O grande mérito desse trabalho é a caracterização do setor externo bastante detalhada: os diversos acordos preferenciais existentes nas Américas são representados e informações sobre BNTs são introduzidas para os países do Nafta e da UE. Este último é muito importante: os resultados das simulações com e sem essas barreiras têm resultados bem diferentes, colocando em evidência o caráter restritivo das mesmas.

Os dois acordos comerciais produziram ganhos importantes para os países do Mercosul (ver Tabela 3). Porém, eles diferem se: *a*) forem consideradas as BNTs; e *b*) considerarmos os efeitos em termos de grau de elaboração dos produtos. A consideração das BNTs pode até reverter os resultados: enquanto em um cenário onde só são consideradas as tarifas um acordo com a UE é mais vantajoso, a consideração das BNTs faz com que os ganhos advindos da Alca sejam maiores. Em geral, o comércio gerado pela formação da Alca promove exportações com maior grau de elaboração do que no caso do acordo com a UE.

O cenário mais benéfico para a economia brasileira seria a realização simultânea dos dois acordos, sendo retiradas também as BNTs. Os efeitos sobre o PIB e o comércio são bastante significativos, devido à consideração de externalidades, conforme discutido anteriormente.

TABELA 3
Efeitos da Integração Regional sobre a Economia Brasileira
[em %]

	Alca	UE-MS	Alca + UE-MS
Sem BNTs, somente redução de tarifas			
Exportações totais	7,4	8,6	15,8
Importações totais	6,4	7,1	13,3
PIB	3,2	3,6	6,6
Redução de tarifas e BNTs			
Exportações totais	17,5	18,4	35,7
Importações totais	12,7	13,3	25,9
PIB	7,0	6,8	13,3

Regionalism *versus* Globalization in the Americas: Empirical Evidence on Opportunities and Challenges [Roland-Holst e Van der Mensbrugge (2001)]

Este modelo, que também utiliza a base de dados do GTAP, é dinâmico porém todos os setores encontram-se em concorrência perfeita. A estrutura de proteção é caracterizada por tarifas de importação, quotas e subsídios e a desagregação do modelo é de 18 setores e 16 países ou zonas geográficas.

São comparados os efeitos de diversos cenários de liberalização. Em primeiro lugar, simula-se uma abolição generalizada de tarifas, onde todos os países reduzem a zero suas tarifas — liberalização multilateral. Em segundo lugar, são simulados os efeitos da Alca. A terceira simulação corresponde à liberalização unilateral de cada país ao passo que a última corresponde à terceira combinada com a reciprocidade (redução das tarifas) por parte de cada um de seus parceiros (esta simulação é realizada somente para alguns países).

Em geral, a melhor solução para a totalidade dos países é a liberalização multilateral. A Alca geraria ganhos para os participantes com efeitos de desvio de comércio para o resto do mundo. Ou seja, individualmente, alguns países americanos podem ganhar mais com a Alca, porém todos estariam melhores em um mundo onde o livre-comércio é generalizado. Porém, como discutem os autores, esta opção pode não ser factível ou confiável e, então, o estímulo para cada país individualmente pode ser de aderir a um acordo regional. Os resultados da liberalização unilateral não são generalizáveis e dependem das características de cada país. Mas, segundo os autores, seus resultados são raramente superiores aos das demais simulações.

A Tabela 4 sintetiza os efeitos dos três cenários de liberalização sobre os fluxos bilaterais de comércio do Brasil com seus principais parceiros. No caso do Brasil, como o nível de proteção é alto, os ganhos são bastante elevados. Vale notar que no caso de uma liberalização hemisférica, as importações brasileiras provenientes de alguns de seus parceiros extrazona (UE, Japão e China) seriam significativamente reduzidas.

Em termos de distribuição setorial, os autores só apresentam as variações da produção a um nível de agregação bastante elevado. Os resultados variam segundo o tipo de liberalização, mas são, em todos os casos, bastante significativos. Vale ressaltar que, enquanto as liberalizações multilateral e unilateral impõem perdas aos produtos manufaturados, a formação da Alca causaria efeitos contrários, com maiores incentivos para a produção de manufaturados (Tabela 5).

TABELA 4

Impactos da Liberalização sobre o Comércio Exterior Brasileiro — Diversos Cenários

[em %]

Regiões de destino/origem	Exportações			Importações		
	Liberalização multilateral	Alca	Liberalização unilateral	Liberalização multilateral	Alca	Liberalização unilateral
Estados Unidos	9,9	40,6	46,6	30,5	68,7	19,5
Canadá	7,2	37,6	39,3	6,4	26,6	-4,8
México	103,0	159,6	55,9	118,9	148,0	75,6
Argentina	91,6	155,2	57,1	122,3	196,1	89,3
Chile	21,1	67,4	48,5	12,8	31,5	-8,3
Colômbia	4,7	44,2	50,7	-4,6	3,0	-28,8
Venezuela	66,4	125,2	58,6	38,0	45,7	19,7
Resto da América Latina	26,9	71,7	43,8	15,9	26,8	12,4
Europa Ocidental	39,4	1,6	36,0	35,9	-22,1	14,4
Japão	8,8	0,1	33,3	7,2	-12,6	17,5
China	274,4	-0,6	34,6	117,5	-19,0	60,8
Total	58,0	38,0	41,5	49,4	29,5	28,7

TABELA 5

Impactos Setoriais sobre a Produção Brasileira

[em %]

	Liberalização multilateral	Alca	Liberalização unilateral
Agricultura e alimentos	17,5	-0,4	1,7
Energia	0,2	-0,9	1,9
Têxteis e vestuário	-6,2	3,7	-0,6
Outros manufaturados	-5,9	0,5	-0,8
Outros bens e serviços	0,2	0,0	0,3

Scenarios for Trade Integration in the Americas [Diao, Díaz-Bonilla e Robinson (2001)]

Este modelo é estático e a estrutura de proteção é caracterizada unicamente por tarifas de importação, quotas e subsídios. A desagregação tanto setorial quanto geográfica é bastante elevada: 38 setores e 29 zonas/países.

As simulações prevêem uma redução plena das tarifas e avaliam dois cenários: a formação da Alca e o estabelecimento do acordo UE-Mercosul. Em ambos os casos, os efeitos sobre PIB, comércio e salários ou empregos são positivos, sendo o segundo acordo um pouco mais vantajoso para o Brasil. Os maiores beneficiários da Alca são os países menores, com exceção do Chile que, sendo um *global trader* e uma economia bastante aberta, não se beneficia tanto da liberalização.

Regional, Multilateral and Unilateral Trade Policies of Mercosur for Growth and Poverty Reduction in Brazil [Harrison *et alii* (2002)]

Este trabalho visa analisar o impacto de diversas estratégias de política comercial brasileira. Examinam-se os impactos da Alca, de um acordo de livre-comércio com a UE (em duas versões: completo e com exceções para os produtos agrícolas), de uma liberalização multilateral, de uma liberalização unilateral e, finalmente, a adoção de uma tarifa uniforme pelo Brasil.

É um modelo multirregional, onde os países das Américas encontram-se bem detalhados (ainda que alguns estejam ausentes, visto que os dados provêm da base GTAP). A representação do setor externo mostra três fraquezas. Em primeiro lugar, admite-se que a tarifa aplicada a todos os parceiros é a NMF, sem se levar em conta os acordos preferenciais existentes (no caso do Mercosul, a tarifa é zero para o comércio intra-regional). No caso do Brasil, isto superestima a margem de liberalização no caso dos países desenvolvidos, devido a seus SGPs e no caso dos países latino-americanos, devido à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi). Em segundo lugar, não são consideradas BNTs. Enfim, as elasticidades de importação são estimativas utilizadas para Hong Kong e são uniformes para todos os produtos.

O modelo detalha as famílias segundo dez extratos de renda para poder auferir os impactos das diversas opções de política comercial de maneira diferenciada segundo a renda. Os resultados mostram que todas as opções listadas anteriormente produzem efeitos positivos para a economia brasileira. Entre as opções da Alca e da UE, a última, quando considerada sem exceções, produz efeitos mais importantes. Porém, ao se considerar a exclusão dos produtos agrícolas do acordo, dado o elevado nível de proteção tarifária desses produtos na Europa, os ganhos se reduzem significativamente. O melhor cenário é, sem dúvida, uma liberalização multilateral.

Os Impactos Setoriais de Acordos de Comércio: Análise com um Modelo CGE da Economia Brasileira [Tourinho e Kume (2002)]

Este modelo é unipaís e estático, baseado em Dervis, Melo e Robinson (1982). O modelo original foi adaptado para a economia brasileira e, mais recentemente, atualizado de forma a ter 1998 como ano-base. A desagregação setorial é de 39 setores, correspondentes aos setores da matriz (de insumo-produto, IBGE). No que concerne à proteção, para o Brasil são consideradas as tarifas alfandegárias; para os Estados Unidos, as tarifas e o equivalente tarifário do açúcar; e para a UE, o equivalente tarifário de todas as formas de proteção calculado por Messerlin (2001). As simulações realizadas visam medir os efeitos da realização da Alca, do acordo com a UE e a realização simultânea dos dois.

A modificação mais importante deste modelo relativamente ao original, e que o diferencia também dos demais modelos, é a utilização de elasticidades de substituição de importação estimadas pelos autores para o Brasil, no mesmo nível de desagregação que o modelo. Dada a sensibilidade dos resultados da abertura a esta elasticidade, este aspecto é bastante relevante.

Sendo o modelo unipaís, a desoneração das exportações brasileiras decorrente da liberalização comercial dos parceiros é “modelizada” como um subsídio à exportação. Esta desoneração é compensada por um fluxo de poupança externa “que representa o custo agregado desta política” [Tourinho e Kume (2002, p. 9)]. O subsídio dado às exportações é proporcional ao peso das exportações para aquele país nas exportações totais brasileiras.

Embora o modelo seja estático, uma alternativa engenhosa é montada de forma a representar um possível aumento da capacidade instalada. Impõe-se ao modelo uma redução de 50% na capacidade ociosa da economia (a média setorial é de 15%), fazendo com que haja um aumento do estoque de capital — ele é diferenciado segundo os setores. Esse aumento é acompanhado de um crescimento da poupança externa e se poderia dizer que esta é uma forma estilizada de “modelizar” um dos efeitos dinâmicos da integração — o aumento do investimento direto estrangeiro.

Os resultados para as simulações sem aumento da capacidade são ínfimos em termos de crescimento do PIB, sendo que as importações e exportações crescem cerca de 2,8% e 1%. As variações são mais importantes quando simula-se a expansão da capacidade: o PIB varia de 4,5% e a balança comercial, mantendo a mesma tendência deficitária das simulações anteriores, varia entre 7% e 8%. Vale assinalar que, no caso das simulações com capacidade fixa, os resultados da Alca e da UE são cumulativos. Ao aumentar-se o estoque de capital, este fenômeno passa a dominar sobre o efeito competitividade causado pela liberalização comercial, deixando o efeito conjunto de ser cumulativo dos cenários com os acordos separados.

Dado o caráter estático desse modelo, os resultados mais interessantes são as diferentes respostas setoriais à liberalização, como mostrado na Tabela 6. Essa tabela reproduz os resultados do cenário com aumento da capacidade e coloca em evidência que os acordos têm impactos setoriais diferenciados.

TABELA 6
Resultados Setoriais — Cenário com Aumento de Capacidade Ociosa
 [em %]

	Exportações brasileiras			Importações brasileiras		
	Alca	UE	Alca + UE	Alca	UE	Alca + UE
Agropecuária	6,5	11,4	10,3	10,5	6,9	13,6
Extrativa mineral	3,7	4,4	3,5	7,1	6,5	6,8
Petróleo, gás natural e outros combustíveis	9,1	9,1	9,1	5,0	4,4	5,2
Minerais não-metálicos	10,9	5,4	10,3	6,5	8,5	10,3
Siderurgia	9,4	7,9	10,4	5,3	5,5	5,3
Metalurgia dos não-ferrosos	5,3	6,2	5,7	7,1	6,9	8,7
Outros produtos metalúrgicos	-1,4	0,0	-2,3	13,9	13,8	19,5
Máquinas e tratores	7,7	9,4	7,7	5,1	6,9	10,5
Material elétrico	12,1	13,9	12,4	6,9	7,0	8,1

(continua)

(continuação)

	Exportações brasileiras			Importações brasileiras		
	Alca	UE	Alca + UE	Alca	UE	Alca + UE
Equipamentos eletrônicos	9,0	9,8	8,2	6,9	5,9	7,5
Automóveis, caminhões e ônibus	18,2	22,7	21,1	-2,3	9,6	14,0
Outros veículos, peças e acessórios	-0,1	4,1	2,0	7,7	7,7	8,3
Madeira e mobiliário	1,3	3,1	0,8	14,2	11,6	17,1
Papel e gráfica	-3,2	-1,6	-3,2	7,6	7,1	8,9
Indústria da borracha	-0,6	0,6	-0,7	11,3	10,9	14,6
Elementos químicos não-petroquímicos	11,8	14,0	12,7	4,6	4,1	7,5
Refino do petróleo e indústria petroquímica	6,1	7,5	6,1	5,5	5,1	5,8
Químicos diversos	12,8	14,0	12,8	5,6	5,2	7,2
Farmacêuticos e perfumaria	4,3	5,4	2,8	7,9	8,5	10,8
Material plástico	6,7	7,5	5,5	10,6	4,4	11,2
Indústria têxtil	11,5	1,9	10,4	11,3	9,8	15,9
Artigos do vestuário e acessórios	8,7	-2,9	8,7	12,9	11,2	14,9
Calçados, artigos de couro e peles	8,9	-3,6	10,4	7,3	5,0	8,3
Café	4,0	7,3	5,8	0,0	0,0	0,0
Beneficiamento de produtos de origem vegetal, fumo	19,7	16,0	25,1	8,1	7,2	9,3
Abate e preparação de carnes	3,9	9,1	8,3	13,4	9,9	15,9
Leite e laticínios	10,5	10,5	10,5	7,4	5,9	9,6
Açúcar	29,9	1,0	27,6	0,0	0,0	0,0
Óleos vegetais e gordura para alimentação	7,4	9,4	9,2	8,2	6,0	10,4
Outros produtos alimentares e bebidas	9,4	10,1	8,5	7,1	9,8	11,9
Indústrias diversas	2,3	4,0	1,6	18,0	14,3	27,6
Utilidades públicas	0,0	0,0	0,0	5,7	5,5	5,9
Construção	0,0	0,0	0,0	2,4	1,8	1,6
Comércio	2,7	2,9	2,4	18,8	17,2	20,6
Transporte	2,3	2,5	2,3	12,4	10,9	13,9
Comunicação	8,1	8,6	7,0	14,8	13,2	16,9
Aluguel	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração pública	-5,0	-4,7	-5,6	3,0	2,9	3,3
Outros serviços	0,9	1,1	0,5	13,6	12,2	15,5
Total	7,3	7,2	8,4	8,0	8,1	10,9

Fonte: Tourinho e Kume (2002).

6 CONCLUSÕES

Este trabalho visou mapear os principais resultados obtidos em trabalhos recentes sobre o impacto das diversas opções de política comercial do Brasil. Os resultados apontam para os benefícios para a economia brasileira decorrentes de todas as opções existentes — formação da Alca, do acordo UE-Mercosul, de uma liberalização multilateral, entre outras. Os resultados são bem diferentes segundo os produtos e, também, segundo os objetivos perseguidos pelos múltiplos artigos. Os modelos de equilíbrio parcial, por exemplo, apontam para um crescimento das importações superior ao das exportações, produzindo assim déficits comerciais. Já nos modelos de equilíbrio geral, os efeitos normalmente se mostraram mais fortes do lado das exportações. Isto coloca em evidência o fato de que os resultados são sensíveis à metodologia empregada, exigindo do leitor, então, uma certa cautela ao avaliar os resultados dos estudos.

Para fins de simulação dos efeitos das iniciativas de integração, três metodologias são normalmente utilizadas: os MEGC, os modelos de equilíbrio parcial e os modelos gravitacionais. Todas as três metodologias apresentam limitações. No caso dos últimos, a utilização desse instrumento ainda encontra dificuldades na análise desagregada dos efeitos da proteção. No que se refere aos dois primeiros, melhores estimativas de elasticidades de importação e de substituição entre os parceiros poderiam conferir maior realismo aos modelos. Um último ponto concerne a todos os instrumentos de análise e deve fazer parte de um programa futuro de pesquisa: a realização de uma boa caracterização da estrutura de proteção dos países. Isto envolve dois tipos de esforço: o de integração das BNTs e a consideração dos acordos preferenciais.

A Tabela 7 sintetiza os efeitos de diversos trabalhos analisados. Como se pode ver, os resultados são bastante diversos. Eles apontam, em quase todos os casos, para efeitos positivos sobre o PIB brasileiro (ou do Mercosul). Em geral, o crescimento associado à realização da Alca ou do acordo com a UE é mais ou menos o mesmo, segundo o modelo ou a metodologia utilizada. As taxas de crescimento do PIB dependem do caráter estático ou dinâmico ou da consideração ou não das BNTs. Essas últimas ampliam a margem de liberalização, que é normalmente baixa se levarmos em conta apenas as tarifas nos países desenvolvidos. Os resultados referentes à balança comercial são mais heterogêneos, mas, uma vez mais, eles são bem sensíveis à metodologia. O caráter dinâmico dos modelos parece potencializar os efeitos das importações sobre a eficiência da economia e a resposta é um aumento superior das exportações relativamente às importações. Vale dizer que os resultados apresentados nessa tabela são os mais otimistas: em todos os casos, são retratados os efeitos de uma liberalização plena. Em outras palavras, tem-se aqui um teto máximo de crescimento em cada caso, que dificilmente será alcançado, visto que provavelmente nem todos os setores serão contemplados com uma liberalização plena.

TABELA 7

Resumo dos Resultados dos Diversos Trabalhos em Termos de Crescimento do PIB, das Importações e Exportações

[em %]

Acordo	Estados Unidos		UE				Alca				Alca + UE		
	(2)	(3)	(4)	(5)	(7)	(8)	(5)	(1)	(6)	(7)	(8)	(5)	(8)
Trabalhos													
Importações													
totais	10,3	3,8	8,1	13,3	6,2	8,1	12,7	7,0	29,5	6,2	8,0	25,9	10,9
Exportações													
totais	24,5	-	9,3	18,4	10,2	7,2	17,5	14,0	38,0	10,0	7,3	35,7	8,4
PIB	-	-	0,2	6,8	4,0	4,5	7,0	-	0,5	4,0	4,5	13,3	4,5

Trabalhos: (1) Carvalho *et alii* (1999): cenário liberalização plena; (2) Carvalho *et alii* (1999): cenário liberalização plena; (3) Batista (2001): eliminação das barreiras tarifárias; (4) Bchir, Decreux e Guérin (2002): liberalização total; (5) Wanatuki e Monteagudo (2001): eliminação de tarifas e BNTs; (6) Roland-Holst, e Van der Mensbrugge, (2001): eliminação de tarifas e BNTs; (7) Diaó, Díaz-Bonilla e Robinson (2001): liberalização tarifária plena; (8) Tourinho e Kume (2002): liberalização plena com crescimento de capacidade ociosa.

ANEXO 1

MODELOS DE EQUILÍBRIO PARCIAL

A concessão de uma preferência tarifária para um determinado parceiro leva a uma mudança dos preços relativos, não somente dos preços dos bens importados daquele parceiro relativamente aos bens domésticos, mas também dos preços relativos dos diversos fornecedores. Assim, uma redução das barreiras incidentes sobre as importações provenientes de um determinado país leva a um aumento que pode ser desmembrado em dois componentes: criação de comércio — parte do aumento das importações devido ao barateamento dos produtos resultante da redução das barreiras — e desvio de comércio — parte do aumento devido à substituição dos fornecedores. Se o parceiro que recebe tratamento preferencial for o fornecedor mais eficiente, não haverá desvio de comércio. Os efeitos de um processo de integração são medidos, então, pela diferença entre a criação e o desvio de comércio.

Os efeitos de criação de comércio, segundo Yeats e Laird (1986), são dados por:

$$CC_{ijk} = M_{ijk} * Em * dt_{ijk} / \left((1 + t_{ijk}) * (1 - (Em/Ex)) \right)$$

onde:

M_{ijk} = importações do país i provenientes do país j do produto k ;

t = tarifa e/ou BNTs (equivalente *ad valorem*);

Em = elasticidade de demanda de importações;

Ex = elasticidade de oferta de exportações;

CC = criação de comércio; e

d = prefixo indicando variação.

As elasticidades de exportação são normalmente consideradas na literatura de quantificação de políticas de comércio exterior como infinitas, o que acaba por anular o último termo.²⁰ Para o cálculo de criação de comércio, é necessário somente a elasticidade de importação.

Os efeitos de desvio de comércio, em sua versão mais sofisticada, são dados por:

$$DC_{ijk} = \frac{M_{ijk}}{\sum M_{ijk}} * \frac{\sum M_{ijk} * \sum M_{ijK} * Es * \Delta(P_{ijk}) / (P_{ijK}) / (P_{ijk}) / (P_{ijK})}{\sum M_{ijk} + \sum M_{ijK} + \sum M_{ijk} * Es * \Delta(P_{ijk}) / (P_{ijK}) / (P_{ijk}) / (P_{ijK})}$$

onde, além das variáveis já apresentadas, encontram-se:

P_{ijk} = preço do produto i no país j , proveniente do país k ;

K = outros parceiros, exceto k ; e

Es = elasticidade de substituição.

Uma versão mais simples foi desenvolvida por Baldwin e Murray (1977), supondo-se que a elasticidade de substituição é igual à elasticidade de importação. Os efeitos de desvio de comércio são representados, então, em função da criação de comércio e são dados por:

$$DC_i = CC_i (M_n / V_i)$$

onde M_n representa as importações provenientes dos países que não se beneficiam do acordo e V_p a produção do país importador.

ANEXO 2

MODELOS GRAVITACIONAIS

Os modelos gravitacionais tornaram-se, nos últimos tempos, um dos mais populares instrumentos de análise dos fluxos de comércio internacional. Inspirados na teoria gravitacional da física, em sua versão mais simples, os fluxos bilaterais de comércio são determinados pelas forças de atração, que correspondem ao tamanho e à renda dos dois parceiros, e pelas forças de repulsão, que correspondem à distância geográfica entre os mesmos (como uma aproximação dos custos de transporte e de outros fatores a ela ligados que impedem o comércio).

Os modelos gravitacionais são tradicionalmente aplicados aos fluxos totais de bens (totalidade dos produtos). Recentemente, alguns autores aplicaram esses modelos a fluxos desagregados a fim de verificar as diferenças de comportamento das

20. Para maiores detalhes, ver a apresentação do modelo em Carvalho e Parente (1999).

exportações e/ou importações setoriais no que se refere aos “determinantes gravitacionais” (distância, tamanho etc.).

A equação estimada por Castilho (2001) é uma versão desagregada setorialmente e que inclui os instrumentos tarifários e não-tarifários de proteção. Ela é escrita da seguinte forma:

$$\ln M_{ij}^k = \alpha + \delta_i I_i^k + \omega_j E_j^k + \beta_1 \ln \text{Dist}_{ij} + \beta_2 \ln(1 + t_j^k) + \beta_3 \ln(1 + BNT_j^k) + \beta_4 L_{ij} + \varepsilon_{ij}$$

onde i representa o país importador e j , o país exportador; M corresponde às importações bilaterais; dist representa a distância (que é uma *proxy* dos custos de transporte); t é a tarifa aduaneira e BNT, o indicador de cobertura das BNTs; L é uma *dummy* que indica a existência de língua comum entre os dois parceiros; e I_i e E_j correspondem aos efeitos fixos²¹ referentes aos países importadores e exportadores (para representar as especificidades de cada parceiro).

ANEXO 3

Quadro-Resumo dos Artigos Recentes sobre os Efeitos da Política Comercial sobre a Economia Brasileira

Artigo	Tema / negociações	Resumo	Características			Implicações políticas
			Agregação	Metodologia	Período	
Carvalho e Parente (1999). Impactos comerciais da área de livre-comércio das Américas.	Comércio/ Alca	Simulação de criação e desvio de comércio para vários cenários de liberalização no âmbito da Alca: total, algumas exceções (as mesmas da TEC), cenário com mais exceções.	Agregado e por seção (22) do SH	MEPC	1996	Identificação dos setores que mais se beneficiariam ou seriam os mais afetados por um acordo.
Decreux e Guérin (2001). Mercosur: free-trade area with the EU or with the Americas? Some lessons from the model Mirage.	Comércio / Alca x UE	Comparação da liberalização com a Alca, com a UE e com os dois. Redução tarifária gradual, em 15 anos, em todas as situações.	19 setores e 7 zonas geográficas	MEGC multipaís; base de dados GTAP modificada com proteção comercial detalhada + IDE + elementos dinâmicos. Concorrência monopolista.	15 anos	Permite comparar os ganhos e perdas das três estratégias: duas negociações paralelas são as que produzem mais ganhos. UE-MS produz mais ganhos para o MS que Alca. Há em todos os casos desvio de comércio.

(continua)

21. Conjunto de *dummies* para cada um dos países importadores e exportadores.

(continuação)

Artigo	Tema / negociações	Resumo	Características			Implicações políticas
			Agregação	Metodologia	Período	
Watanuki e Monteagudo (2001). Regional trade agreements for Mercosur: the FTAA and the FTA with the European Union.	Comércio / Alca x UE	Comparação da liberalização com a Alca e com a UE.	15 setores e 12 zonas/ países	MEGC multipaís: setor externo muito detalhado — BNTs para EUA, Canadá, UE; considera todos os acordos comerciais das Américas.	1997	Ganhos agregados diferenciados (Alca > UE); presença de desvio relativamente aos países extra-Alca; resultados diferenciados segundo fim ou não das BNTs.
Diao, Díaz-Bonilla e Robinson (2001). Scenarios for trade integration in the Americas.	Comércio / Alca x UE	Comparação da liberalização com a Alca e com a UE: redução tarifária plena nas duas situações. Também considera subsídios e quotas.	38 setores e 29 zonas/ países (Mercosul: Argentina, Brasil, Uruguai, Chile e Bolívia)	MEGC multipaís GTAP — estático	1995	Resultados equivalentes em termos de crescimento de comércio (ligeira vantagem para a UE). Pequeno desvio de comércio. Simulações bastante simplificadas.
Valls Pereira (2001). Impactos do Mercosul, da Alca e do acordo MS-UE na economia brasileira e Argentina: um mapeamento preliminar.	Comércio / Alca x UE	Comparação da liberalização com a Alca e com a UE: redução tarifária plena nas duas situações. Vantagem do modelo: considera subsídios e equivalentes tarifários quotas.	Diversas, porém não muito detalhadas	MEGC multipaís GTAP — estático	Tarifas de 1995	Permite comparar em termos bastante genéricos ganhos e perdas das duas estratégias.
Roland-Holst e Van der Mensbrugge (2001). Regionalism versus globalization in the Americas: empirical evidence on opportunities and challenges.	Comércio / Alca, OMC	Cálculo dos ganhos associados à formação da Alca por país das Américas (Brasil, Argentina). 3 simulações: Alca, liberalização multilateral e unilateral.	18 setores e 16 zonas/ países	MEGC multipaís; base de dados GTAP — dinâmico	1997; cenário: 97/15	Ganhos agregados com ajustes importantes setorialmente; presença de desvio relativamente aos países extra-Alca.

(continua)

(continuação)

Artigo	Tema / negociações	Resumo	Características			Implicações políticas
			Agregação	Metodologia	Período	
Carvalho, Parente, Lerda e Miyata (1999). Impactos da integração comercial Brasil-EUA.	Comércio / EUA	Simulação de criação e desvio de comércio: a) redução plena das tarifas (não considera BNTs e a tarifa é NMF): aumento das exportações brasileiras para os EUA: 10,3%; exportação EUA-Brasil: 18,1%; redução parcial.	Seção e capítulo do SH	MEPC	1996	Identificação dos setores que mais se beneficiariam ou seriam os mais afetados por um acordo.
Batista e Azevedo (2000). O desempenho das exportações brasileiras para os EUA: o papel do Nafta e da taxa de câmbio sobre a competitividade brasileira.	Comércio / EUA	Avaliação das perdas dos produtos exportados pelo Brasil para os EUA. México: principal "ganhador". Fatores apontados: câmbio e preferência comercial.	Setorial: classificação comercial SH8	Indicadores de competitividade e parte de mercado (<i>market share</i>)	1992/1996	Avaliação da competitividade.
Motta Veiga, Markwald e Correia (1999). Avaliação do desempenho das exportações brasileiras para os EUA no período 1990/1998.	Comércio / EUA	Análise detalhada das exportações brasileiras para os EUA: aspectos setoriais, microeconômicos (firmas, controle de capital), competitividade (metodologia Cepal: tipologia baseada em <i>market share</i>), países concorrentes.	Diversas classificações: setor de atividades, intensidade tecnológica, etc.	Análise dos dados	1990/1998	Avaliação da competitividade.
Nonnenberg e Mendonça (1999). Criação e desvio de comércio no Mercosul: o caso dos produtos agrícolas.	Comércio agrícola / Mercosul	Cálculo de criação e desvio de comércio, com exercício contra-factual. $CC > DC$, mas $<$ do que a variação das importações. Explicação: fatores outros que tarifas: BNTs, demanda, produção doméstica.	7 principais produtos agrícolas geo: Mercosul e outros	MEPC, mas estima e testa 3 valores para elasticidade das importações	1988/1996	

(continua)

(continuação)

Artigo	Tema / negociações	Resumo	Características			Implicações políticas
			Agregação	Metodologia	Período	
Kume, Anderson e Oliveira (2000). Identificação das barreiras ao comércio no Mercosul: a percepção das empresas exportadoras brasileiras.	Comércio / Mercosul	Identificação de BNTs no comércio intra-MS: a) visíveis: custos de seguro, frete, trâmites aduaneiros; e b) invisíveis: certificação, etiquetagem.		Entrevistas e questionários	1995/2000	Harmonização de etiquetagem e certificação; fim de <i>antidumping</i> entre os parceiros do MS: os processos deviam ser julgados por um tribunal regional da concorrência; unificação de procedimentos aduaneiros.
Anderson (2000). Barreiras não-tarifárias às exportações brasileiras no Mercosul: o caso de calçados.	Comércio / Mercosul	Identificação de BNTs enfrentadas na entrada da Argentina (não existem nos outros).	Calçados	Entrevistas e questionários	1995/2000	Padronização dos procedimentos aduaneiros e extinção de determinadas exigências.
Oliveira Jr. (2000). Restrições comerciais às exportações de produtos siderúrgicos no Mercosul.	Comércio / Mercosul	Identificação de barreiras enfrentadas na entrada da Argentina: BNTs (inclusive <i>anti-dumping</i>) e exceções à TEC.	Siderurgia	Entrevistas e questionários	1995-2000	
Kume e Piani (2001). Mercosul: dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio.	Comércio / Mercosul	Discussão sobre benefícios de uma união aduaneira relativamente a uma área de livre-comércio e proposta de mudança da TEC.	Comércio total	Cálculo de tarifa efetiva e análise do comércio	2001	Estratégia de negociações no âmbito do Mercosul.
Nonnenberg (1999). Criação e desvio de comércio no Mercosul: o caso dos produtos agrícolas.	Comércio agrícola / Mercosul	Competitividade das exportações brasileiras: decomposição do crescimento.	Geo: AL, UE, Nafta, Japão Setorial: Chelem	<i>Constant market share</i>	1980/1995	Avaliação da competitividade que pode ajudar a traçar a estratégia.
Guimarães (2000). Componente tecnológico comparativo das exportações ao Mercosul e ao resto do mundo.	Comércio bens manufaturados / Mercosul	Comparação do comércio intra-MS com o extra-MS: mais especializado, > conteúdo tecnológico.	Capítulo do SH	Indicadores diversos (intensidade de comércio, intra-industrial, orientação)	1991/1998	Pode auxiliar na elaboração de políticas industriais nacionais e no âmbito do Mercosul.

(continua)

(continuação)

Artigo	Tema / negociações	Resumo	Características			Implicações políticas
			Agregação	Metodologia	Período	
Batista (2000). Relações comerciais entre o Brasil e o México.	Comércio / México	Perspectivas de um acordo de livre-comércio: identificação do potencial de crescimento das exportações bilaterais de México e Brasil.	Vários níveis de desagregação do SH	Cruzamento de partes de mercado (<i>market share</i>) com dinamismo.	1990/1996	Identificação de setores mais afetados por um acordo; comparação com outros fornecedores.
Batista (2001). Livre comércio de produtos manufaturados entre o Brasil e a União Européia.	Comércio bens manufaturados / UE	Análise da competitividade e dos principais concorrentes das exportações brasileiras em terceiros mercados e também de outros países no mercado brasileiro; estimação das elasticidades-preço das importações para o Brasil e para a UE a fim de simular os efeitos de um acordo comercial.	Setorial — diversos		1996/2000	Identificação dos produtos mais sensíveis à liberalização inter-regional (importações e exportações Brasil-UE).
De Negri e Carvalho (1999). O impacto das cláusulas sociais e ambientais do sistema geral de preferência da CE nas exportações brasileiras.	Meio ambiente; direitos trabalhistas / UE	Estimativa do aumento de comércio (exportações do Brasil para a UE) decorrente do cumprimento das cláusulas sociais e ambientais do SPG da UE. Efeitos reduzidos — avalia que são pequenos demais para que o Brasil troque isto pela aceitação de regras.	Seção e capítulo do SH	MEPC	1997	Orientação nas negociações internacionais destes temas.
Tourinho e Kume (2002). Os impactos setoriais de acordos de comércio: análise com um modelo CGE da economia brasileira.	Comércio / Alca x UE	Comparação dos efeitos da Alca e do acordo com a UE. Diversos cenários, considerando a possibilidade de aumento da capacidade produtiva. Redução tarifária simulada através de subsídios aos bens exportados. Considera BNTs somente para a UE.	39 setores — setor-matriz IBGE	MEGC unipaís estático; elasticidades de substituição estimadas para o Brasil.	1998	ganhos agregados similares mas ganhos desagregados diferentes setorialmente.

(continua)

(continuação)

Artigo	Tema negociações	Resumo	Características			Implicações políticas
			Agregação	Metodologia	Período	
Harrison, Rutherford, Tarr e Gurgel (2002). Regional, multilateral and unilateral trade policies of Mercosur for growth and poverty reduction in Brazil.	Comércio / Alca x UE	Comparação dos efeitos da Alca, do acordo com a UE (redução tarifária plena e exceção para produtos agrícolas), de liberalização multilateral, unilaterial e estabelecimento de uma tarifa uniforme. Considera subsídios e quotas. Tarifa NMF para todos os parceiros.	16 regiões — 22 setores (privilegia produtos agrícolas)	MEGC multipaís — GTAP — estático	1997	Permite comparar os ganhos e perdas das diversas estratégias.
Castilho (2001). O acesso das exportações do Mercosul ao mercado europeu.	Comércio / UE	Análise das condições de acesso das exportações do MS para a UE (tarifas e BNTs) e identificação dos produtos com maior potencial de crescimento das exportações no caso de um acordo UE-MS.	Capítulo do SH	Modelo gravitacional	1997	Definição/ identificação de produtos/ setores prioritários nas negociações em termos de aumento das exportações.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, P. *Barreiras não-tarifárias às exportações brasileiras no Mercosul: o caso de calçados*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para Discussão, 791).
- BALDWIN, R. E., MURRAY, T. MFN tariff reductions and developing country trade benefits under the GSP. *The Economic Journal*, v. 87, p. 30-46, Mar. 1977.
- BATISTA, J. C. *Relações comerciais entre o Brasil e o México*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para Discussão, 710).
- . Livre comércio de produtos manufaturados entre o Brasil e a União Européia. In: TIRONI, L. F. (org.). *Aspectos estratégicos da política comercial brasileira*. Brasília: IPEA/IPRI, 2001.
- BATISTA, J. C., AZEVEDO, J. P. *O desempenho das exportações brasileiras para os Estados Unidos: o papel do Nafta e da taxa de câmbio sobre a competitividade brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia, 2000, mimeo.
- BCHIR, M., DECREUX, Y., GUÉRIN, J.-L. *Consequences of a free-trade agreement between UE and Mercosur: a study with Mirage*. Paris: CEPII, 2002, mimeo.
- BONELLI, R., RAHN, L. *Resenha dos estudos recentes sobre as relações comerciais brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão, 708).
- BOUËT, A., FONTAGNÉ, L., MIMOUNI, M., PICHOT, X. *Market access maps: a bilateral and disaggregated measure of market access*. Paris: CEPII, 2001 (Document de Travail, 18).
- CARVALHO, A., PARENTE, M. A. *Impactos comerciais da área de livre comércio das Américas*. IPEA: Rio de Janeiro, 1999 (Texto para Discussão, 635).
- CARVALHO, A., PARENTE, M. A., LERDA, S., MIYATA, S. *Impactos da integração comercial Brasil — Estados Unidos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão, 646).
- CASTILHO, M. *O sistema de preferências europeu*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para Discussão, 742).
- . *O acesso das exportações do Mercosul ao mercado europeu*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001 (Texto para Discussão, 851).
- CLINE, W., KAWANABE, N., KRONSTJO, T., WILLIAMS, T. *Trade negotiations in the Tokyo Round: a quantitative assessment*. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1978.
- DE NEGRI, J., CARVALHO, A. *O impacto das cláusulas sociais e ambientais do sistema geral de preferência da CE nas exportações brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão, 634).
- DECREUX, Y., GUÉRIN, J.-L. *Mercosur: free-trade area with the EU or with the Americas? Some lessons from the model Mirage*. Artigo apresentado no Seminário Impacts of Trade Liberalization Agreements on Latin America and the Caribbean. Washington: CEPII e BID (orgs.), Nov. 2001.

- DERVIS, K., MELO, J., ROBINSON, S. *General equilibrium models for development policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- DIAO, X., DÍAZ-BONILLA, E., ROBINSON, S. *Scenarios for trade integration in the Americas*. Artigo apresentado no Seminário Impacts of Trade Liberalization Agreements on Latin America and the Caribbean, Washington: CEPII e BID (orgs.), Nov. 2001.
- GUIMARÃES, E. *Componente tecnológico comparativo das exportações ao Mercosul e ao resto do mundo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para Discussão, 765).
- HARRISON, G., RUTHERFORD, T., TARR, D., GURGEL, A. *Regional, multilateral and unilateral trade policies of Mercosur for growth and poverty reduction in Brazil*. Artigo apresentado no Seminário DIMAC, Rio de Janeiro: IPEA, maio 2002.
- KUME, H., ANDERSON, P., OLIVEIRA Jr., M. *Identificação das barreiras ao comércio no Mercosul: a percepção das empresas exportadoras brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para Discussão, 789).
- KUME, H., PIANI, G. *Mercosul: dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001 (Texto para Discussão, 841).
- LAIRD, S., YEATS, A. *The Unctad trade policy simulation model. A note on the methodology, data and uses*. Genebra, 1986, mimeo.
- . *Quantitative methods for trade-barrier analysis*. New York: New York University Press, 1990.
- MESSERLIN, P. *Measuring the costs of protection in Europe*. Washington, D. C.: Institute for International Economics, 2001.
- MOTTA VEIGA, P., MARKWALD, R., CORREIA, F. *Avaliação do desempenho das exportações brasileiras para os EUA no período 1990/98*. Rio de Janeiro: Funcex, 1990, mimeo.
- NONNENBERG, M. *Competitividade e crescimento das exportações brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998 (Texto para Discussão, 578).
- NONNENBERG, M., MENDONÇA, M. *Criação e desvio de comércio no Mercosul: o caso dos produtos agrícolas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão, 631).
- OLIVEIRA Jr., M. *Restrições comerciais às exportações de produtos siderúrgicos no Mercosul*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para Discussão, 792).
- POMFRET, R. *The economics of regional trading arrangements*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- PORTUGAL, M. *Brazilian foreign trade and time varying parameter models*. University of Warwick, jul. 1992 (Dissertação de Doutorado).
- ROBINSON, S., THIERFELDER, K. *Trade liberalization and regional integration: the search for large numbers*. Washington: Trade and Macroeconomic Division, International Food Policy Research Institute, 1999 (TMD Discussion Paper, 34).

- ROLAND-HOLST, R., VAN DER MENSBRUGGHE, D. *Regionalism versus globalization in the Americas: empirical evidence on opportunities and challenges*. Artigo apresentado no Seminário Impacts of Trade Liberalization Agreements on Latin America and the Caribbean, Washington: CEPII e BID (orgs.), Nov. 2001.
- TOURINHO, O., KUME, H. *Os impactos setoriais de acordos de comércio: análise com um modelo CGE da economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002, mimeo.
- TOURINHO, O., KUME, H., PEDROSO, A. *Elasticidades de Armington para o Brasil: 1986-2001*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002 (Texto para Discussão, 901).
- VALLS PEREIRA, L. *Impactos do Mercosul, da Alca e do acordo MS-UE na economia brasileira e argentina: um mapeamento preliminar*. Ibre, 2001, mimeo.
- WATANUKI, M., MONTEAGUDO, J. *Regional trade agreements for Mercosur: the FTAA and the FTA with the European Union*. Artigo apresentado no Seminário Impacts of Trade Liberalization Agreements on Latin America and the Caribbean, Washington: CEPII e BID (orgs.), Nov. 2001.

EDITORIAL

Coordenação

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Supervisão

Helena Rodarte Costa Valente

Revisão

André Pinheiro

Elisabete de Carvalho Soares

Lucia Duarte Moreira

Luiz Carlos Palhares

Miriam Nunes da Fonseca

Tatiana da Costa (estagiária)

Editoração

Carlos Henrique Santos Vianna

Joanna Silvestre Friques de Sousa (estagiária)

Rafael Luzente de Lima

Roberto das Chagas Campos

Divulgação

Raul José Cordeiro Lemos

Reprodução Gráfica

Edson Soares

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

10^º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51, 14^º andar

20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 130 exemplares